

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PONTÃO

Av. Julio de Mailhos, 1316 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-3308-1900

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

MUNICÍPIO DE PONTÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Necessidade da Administração: O objetivo é a contratação de empresa especializada para execução de projeto de Pavimentação Asfáltica na Travessa Joaquim Borges e Recapeamento Asfáltico na Rua Bom Jesus, no perímetro Urbano do Município de Pontão, através de recursos provenientes de repasse da União Federal e contrapartida municipal, vinculado ao contrato de repasse nº 943656/2023.

1- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.

O objetivo é a contratação de empresa especializada para realizar a execução de projeto de Pavimentação Asfáltica na Travessa Joaquim Borges e recapeamento asfáltico na Rua Bom Jesus, no perímetro Urbano do município de Pontão, através de empreitada global, disponibilizando materiais, mão de obra, e todo e qualquer custo direto ou indireto para execução do objeto o qual será devidamente descrito no memorial descritivo parte integrante do projeto básico a ser anexado ao processo licitatório.

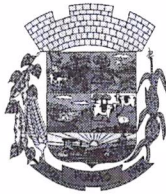
O município de Pontão se cadastrou junto ao Ministério das Cidades, no qual fora contemplado com o valor de R\$ 335.755.000 (trezentos e trinta e cinco mil reais setecentos e cinquenta e cinco reais), e disponibilizará em contrapartida com recursos próprios o valor de R\$ 20.021,84 (vinte mil e vinte e um reais com oitenta e quatro centavos).

Os recursos já estão aprovados e serão disponibilizados ao município, para início do processo de contratação de empresa para realização dos serviços de pavimentação asfáltica e recapeamento acima descritos.

O setor de Engenharia já realizou a apuração de quantitativos necessários, para as obras de pavimentação asfáltica da Travessa Joaquim Borges onde serão realizadas obras em 1.156,86 m². Já na Rua Bom Jesus serão realizadas obras de recapeamento asfáltico em 1.694,80 m².

Não é demais lembrar a importância de se ter vias pavimentadas de circulação para os veículos automotores, bem como a construção de passeios públicos para a circulação de pedestres e animais domésticos.

Aliado, a necessidade da administração pública, que foram realizados o cadastramento de anteprojetos junto ao Ministério das Cidades, sendo que a União Federal, ao analisar a proposta apresentada pelo município de Pontão, o contemplou



com os valores supracitados, sendo necessário e justificável a abertura do devido processo licitatório.

2- DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO.

O município de Pontão até o presente momento não possui plano de contratações anual, no entanto, a contratação pretendida, está alinhada com o planejamento da administração pública municipal, e os recursos para adimplemento da obrigação, estão previstos na Lei Orçamentária Anual, nas seguintes dotações orçamentárias:

07- Secretaria Municipal de Obras

0701 15 451 0021 1013 20481.1- PAVIME.VIAS URBANAS

44905100000000 1500 O 20494.3- OBRAS E INSTALA

44905100000000 1700 O 20495.1- OBRAS E INSTALA

3- DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O prazo para o início dos serviços, do objeto licitado deverá ser dado ordem de início dos trabalhos em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato administrativo, admitindo prorrogação a critério da administração pública.

3.1- DA NECESSIDADE DE EXIGÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA.

Conforme orientação do TCE (2019), a exigência de capacidade técnico-operacional visa à comprovação de que a empresa participou anteriormente de contrato cujo objeto era similar. Deseja-se examinar a capacidade que a licitante possui de mão de obra, equipamentos e materiais, para a perfeita execução do objeto, na quantidade, na qualidade e no prazo exigido.

A contratada tem de ter registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica conforme Lei 14.333/21. Portanto, tendo em vista que os serviços de pavimentação e recapeamento asfáltico são serviços de engenharia ou arquitetura entende-se que deverá ser exigido o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou CAU.

É desnecessária a exigência de registro em mais de um conselho profissional ao mesmo tempo.

Na qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: recomenda-se que a empresa a ser contratada tenha executado objetos similares ao da presente contratação, bem como que cumpra rigorosamente com a



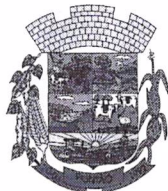
documentação disposta no art. 67 da Lei 14.133/2021.

3.2- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III - Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

3.3- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I- Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.
- IX- Recomenda-se a exigência de garantia do contrato no processo de licitação.



3.4. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO

3.4.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

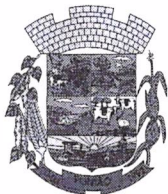
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.4.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

3.4.3. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PONTÃO

Av. Julio de Mailhos, 1316 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-3308-1900

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a planilha de composição de custos que será anexada ao processo licitatório elaborada por profissional técnico em engenharia, tabela SINAPI.

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

5.1 Conforme pesquisa de mercado realizada vislumbram-se as seguintes alternativas para melhor solução:

5.1.1 Alternativas possíveis:

a) Terceirização dos serviços via empreitada global, posto que o município não possui servidores e nem equipamentos para a execução do serviço de pavimentação asfáltica e recapeamento, sendo a única solução possível a contratação de empresa terceirizada, que comprove qualificação técnica e jurídica para a execução do objeto.

5.2 Justificativa técnica e econômica da escolha da solução

Após levantamento de mercado e sua análise, chega-se à conclusão que o método que se adequa a realidade local é a terceirização do serviço, via empreitada global, por tratar-se de obra, e devido as garantias do durante e no pós obra, garantir a solidez dos serviços, aferir a devida execução e responsabilidade técnica do profissional executor, a melhor escolha é contratação via processo de licitação para empreitada global.

O prazo do CONTRATO será de 4 (quatro) meses, contados da data da assinatura do contrato pelo MUNICÍPIO, podendo ser prorrogado, a critério das partes, desde que devidamente justificado e aprovado a dilação do prazo pelo setor técnico do município e pelo fiscal do contrato.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor global de R\$ 355.776,84 (custos apurados através da tabela referencial SINAPI).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada para realizar o projeto de pavimentação e



recapeamento Asfáltica na Travessa Joaquim Borges e Rua Bom Jesus, no perímetro Urbano do município de Pontão, através de recursos provenientes de repasse da União Federal e contrapartida municipal, vinculado ao contrato de repasse nº 943656/2023, devendo para tanto, o licitante disponibilizar veículos, equipamentos, maquinários e funcionários para a execução dos serviços conforme Projeto Básico a ser elaborado, adotando-se o pregão, pois o objeto a ser licitado possui padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, o qual deve ser realizado de forma eletrônica, pois se executa recursos provenientes de repasse do Governo Federal, utilizando como critério de disputa o menor preço.

A contratação é comum, já está pré-definido os quantitativos, não havendo necessidade de mais de uma contratação ao mesmo objeto, não havendo que se falar em fracionamento.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

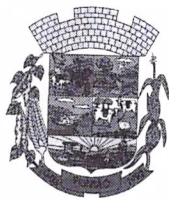
Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

No que se refere ao parcelamento da obra de pavimentação e recapeamento asfáltico, pelas próprias características do objeto sugere-se a licitação em um único objeto, tendo por base o memorial descrito e demais elementos contantes no projeto básico realizado pelo setor técnico do município.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PONTÃO

Av. Julio de Mailhos, 1316 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-3308-1900

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência do que aborda o Decreto Municipal nº 1808/2023, em especial o contido no art. 24 até o art. 33 que disciplina os procedimentos para gestão e fiscalização dos contratos administrativos. A Secretaria requisitante indica os servidores abaixo para atuar como gestor e fiscal do contrato.

Servidor	Função	Matrícula
Alexandre Menegazzo	Engenheiro	Fiscal 1737-0
Sidnei Pereira Martins	Secretário Municipal	Gestor 2077-2

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- elaboração de minuta do edital,
- realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação ou comissão de contratação (conforme o caso);
- elaboração de minuta do contrato;
- encaminhamento do processo para análise jurídica se necessário;
- análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- publicação e divulgação do edital e anexos;
- resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- realização do certame, com suas respectivas etapas;
- realização de empenho; e
- assinatura e publicação do contrato.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a melhor alternativa para solucionar a demanda é a contratação de empresa especializada para realizar a execução de projeto de Pavimentação Asfáltica na Travessa Joaquim Borges, e recapeamento asfáltico na Rua Bom Jesus, no perímetro Urbano do município de Pontão, através de empreitada global, disponibilizando materiais, mão de obra, e todo e qualquer custo direto ou indireto para execução do objeto o qual será devidamente descrito no memorial descritivo parte integrante do projeto básico.

Pontão, aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2023.

Volnir Alexandre Villes
Secretário Municipal de Obras